

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DE CONCURSO

ARRENDAMENTO (PARA FINS NÃO HABITACIONAIS) DE UM ESPAÇO LOCALIZADO NAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA DE ESTORÃOS

PROGRAMA DE CONCURSO

Epígrafe de Artigos

1. Objeto e Modalidade do concurso
2. Entidade pública contratante
3. Concorrentes
4. Pedido de esclarecimentos
5. Hasta Pública
6. Local de Realização
7. Candidaturas
8. Licitação
9. Direito de Arrematação
10. Adjudicação
11. Notificação da adjudicação
12. Anulação da adjudicação
13. Causas da não adjudicação
14. Aceitação da minuta do contrato
15. Reclamações contra a minuta
16. Celebração do contrato escrito
17. Caução
18. Falsidade de documentos e de declarações

Secção I
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

OBJECTO E MODALIDADE DO CONCURSO

- 1- O concurso tem por objeto o arrendamento para fins não habitacionais de um espaço na Antiga Cooperativa de Estorãos, melhor identificado na planta anexa ao presente programa de concurso.
- 2- O concurso é público, podendo apresentar proposta todas as entidades que se encontrem nas condições gerais estabelecidas por lei.
- 3 - A base do concurso para o arrendamento do espaço é a seguinte:
 - espaço 1 - Valor renda mensal: **100,00€, mais IVA;**

ARTIGO 2.º

ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Município de Ponte de Lima, sito na Praça da República, 4990-620 Ponte de Lima, com o telefone n.º 258 900 400, Fax n.º 258 900 410, endereço de correio eletrónico: geral@cm-pontedelima.pt e sítio na Internet <http://www.cm-pontedelima.pt>.

ARTIGO 3.º

CONCORRENTES

1. Podem concorrer pessoas singulares, coletivas ou equiparadas, individualmente ou que declarem a intenção de se constituírem juridicamente numa única entidade ou em consórcio externo, em regime de disponibilidade solidária, no caso de lhes ser adjudicado o presente concurso.
2. Os concorrentes têm de estar reconhecidos como entidades de competência, solvibilidade e idoneidade, que cumpram as seguintes condições:
 - Não serem devedores de impostos ao Estado Português;
 - Não serem devedores de contribuições à Segurança Social;
 - Não serem devedores ao Município de Ponte de Lima.

ARTIGO 4.º

PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

1. A entidade que preside ao concurso é o Município de Ponte de Lima, a quem deverão ser apresentadas por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para o ato da Hasta Pública, as reclamações e pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças do processo de concurso.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

3. A adjudicação é da competência da Câmara Municipal, mediante proposta da Comissão.

Secção II
Processo de Adjudicação

ARTIGO 5.º

Hasta Pública

1. O direito ao arrendamento será licitado em hasta pública, verbalmente, no dia e hora a marcar para o efeito, a divulgar através de editais.
2. O Município de Ponte de Lima adjudicará o arrendamento ao licitante que oferecer o valor mais elevado.
3. O arrendatário deverá liquidar, no ato da arrematação, para além do valor relativo à primeira renda, a importância correspondente a três rendas - caução, cumprindo-se os restantes pagamentos conforme o convencionado no contrato de arrendamento.
4. O valor referido no número anterior, a importância correspondente a três rendas - caução, reverterá a favor do Município de Ponte de Lima em caso de desistência do arrendatário, ou de incumprimento do prazo do contrato de arrendamento.

ARTIGO 6.º

Local da Realização

1. A hasta pública terá lugar no dia e hora a publicitar por meio de editais elaborados para o efeito, e realizar-se-á no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Ponte de Lima, perante uma Comissão de Licitação, com a seguinte constituição:

- Presidente: Vice – Presidente, Eng.ª Mecia Martins;

- Vogais: Chefe da DAF, Dr.ª Sofia Velho,

Chefe da URRR, Eng.º Gonçalo Rodrigues.

2. Sem prejuízo de, e por questões logísticas ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros funcionários municipais ou de, em caso de falta ou impedimento de qualquer dos membros efetivos, o Presidente da Câmara Municipal designar substituto.

ARTIGO 7.º

Candidaturas

Não é necessária a formalização antecipada de candidatura para admissão à hasta pública, devendo os licitantes proceder à sua identificação no momento do primeiro lance que efetuarem.

ARTIGO 8.º

Licitação

1. A renda base de licitação é a seguinte:
 - para o espaço 1 - **100,00€**;
2. As ofertas de licitação serão aceites por lances múltiplos de 10,00 € (dez euros), a partir da base.

ARTIGO 9.º

Direito de Arrematação

A arrematação será efetuada ao lance mais elevado, licitado verbalmente no ato público, por pessoas singulares, ou, coletivas devidamente representadas.

Secção III

Apreciação e Adjudicação

ARTIGO 10.º

ADJUDICAÇÃO

Com base na ata do ato público elaborada pela Comissão, a adjudicação será atribuída pela Câmara Municipal ao concorrente que tiver apresentado o lance mais elevado.

ARTIGO 11.º

NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

1. Nos cinco dias posteriores à respetiva deliberação, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação.
2. No mesmo prazo devem ser solicitados ao arrendatário os documentos necessários à outorga do contrato, bem como o pagamento da caução, correspondente a três meses de renda.

ARTIGO 12.º

ANULAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável o arrendatário:
 - a) Não entregue a documentação que lhe é exigida;
 - b) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, sem razão que o justifique.

ARTIGO 13.º

CAUSAS DA NÃO ADJUDICAÇÃO

1. O Município de Ponte de Lima reserva-se o direito de não adjudicar o arrendamento, devendo para o efeito fundamentar a decisão.
2. Caso se verifique a não adjudicação os concorrentes serão notificados da decisão e dos fundamentos que a justifiquem.

3. O Município é soberano nas suas decisões e delas não cabe o direito de recurso.

Secção IV

Contrato

ARTIGO 14.º

ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao arrendatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo arrendatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respectiva notificação.

ARTIGO 15.º

RECLAMAÇÕES CONTRA A MINUTA

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que servem de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao arrendatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo.

ARTIGO 16.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ESCRITO

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respectivo deferimento tácito.
2. A entidade pública contratante comunica ao arrendatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que se celebra o contrato.
3. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o arrendatário desvincular-se da proposta.

ARTIGO 17.º

CAUÇÃO

1. O concorrente cuja proposta for aprovada, e que depois de avisado por escrito para assinar o contrato de arrendamento, não compareça no prazo de oito dias, perderá a caução, a qual reverterá para o Município, ficando o mesmo inteiramente desligado de qualquer compromisso.
2. O concorrente que desista do arrendamento antes do final do prazo inicial do arrendamento, ou antes do final do prazo de qualquer uma das suas renovações, perderá a caução, a qual reverterá para o Município.

Secção V

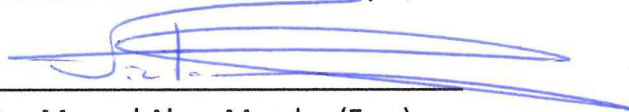
Declarações

ARTIGO 18.º

FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respectiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos actos subsequentes.

Ponte de Lima, 24 de agosto de 2019,
O Presidente da Câmara Municipal,



Victor Manuel Alves Mendes (Eng.)